



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Oral

Aperfeiçoamento global da regulamentação dos trabalhadores domésticos estrangeiros

Nos últimos anos, são cada vez mais os casais trabalhadores ou que trabalham por turnos, e as famílias contratam trabalhadores domésticos para ajudar nas tarefas domésticas. Assim, o número destes trabalhadores tem aumentado, e o número dos trabalhadores estrangeiros ultrapassou, de acordo com os dados oficiais, 29 mil¹, representando 5% da população de Macau. Porém, devido à falta, desde há longa data, duma política e regulamentação completa para este grupo numeroso, o seu nível e profissionalismo não são garantidos, e têm-se verificado irregularidades e até crimes envolvendo estes trabalhadores, por exemplo, prostituição, violência doméstica e furto, deixando os empregadores preocupados.

Aquando da apreciação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei da actividade de agência de emprego”, no início de 2018, o Governo admitiu que era impossível colmatar, através duma lei, todas as lacunas na contratação de trabalhadores domésticos e trabalhadores não residentes, e que era preciso “um conjunto de medidas”². A proposta de lei da contratação de trabalhadores não residentes já entrou em processo legislativo, e visa evitar que os visitantes passem a trabalhadores não residentes, acabando com a contratação descontrolada destes trabalhadores. Porém, actualmente

¹ Número de trabalhadores não residentes por ramo de actividade económica e por país/território de emissão de documento de identificação - Fim de Abril de 2019, https://www.dsal.gov.mo/download/pdf_pt/statistic/nrworker/A1/A1_2019_04.pdf

² Leong Vai Tac: Conjunto de medidas para combater trabalho ilegal por turistas, noticiário da Rádio Macau, 16 de Janeiro de 2018, https://www.tdm.com.mo/c_news/radio_news.php?id=363113



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

só existem medidas dispersas, e a coordenação entre as leis relacionadas com este assunto carece ainda dum plano sistemático e de calendarização, não se sabendo como é que vai funcionar esse “conjunto de medidas”.

Mais, muitos empregadores estão preocupados que a referida lei venha prolongar o tempo necessário para a vinda dos empregados domésticos não residentes e que, assim, aumentem os salários devido ao seu menor número no mercado, o que terá um impacto maior nas famílias de rendimento médio, e também naquelas em que ambos os cônjuges trabalham. Com a proibição da alteração do estatuto de turista para o de empregado doméstico não residente, esses empregados apenas podem ser contratados através de agências, porém, neste momento, essas agências não têm de assumir qualquer responsabilidade pela formação dos empregados domésticos, nem existe um acordo com os respectivos países de origem, pelo que o problema da falta de qualidade de alguns dos empregados ainda não está resolvido. Assim, a situação caótica na contratação de empregados domésticos não residentes vai continuar se o Governo não definir um conjunto de políticas que inclua a revisão da Lei da contratação de trabalhadores não residentes e da Lei da actividade de agência de emprego, e se não houver legislação específica para esses empregados domésticos, e uma boa comunicação com os seus países de origem, tendo em conta que esse problema terá de ser resolvido de uma forma conjugada através de diversas medidas legislativas e políticas.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1 – A experiência de Hong Hong quanto à proibição da alteração do estatuto de turista para o de empregado doméstico não residente mostra que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

essa medida pode originar uma carência repentina desses trabalhadores no mercado, e como normalmente o tempo necessário para a autorização de entrada será mais longo, aumenta também o custo da sua contratação. Mesmo que a contratação seja através de agências, é também necessário um mês para a autorização, o que terá um impacto significativo para as famílias com necessidades urgentes de empregados domésticos. Assim, o Governo deve assegurar que a importação de empregados domésticos seja estável e imediata, acelerando o processo de apreciação dos pedidos, para evitar que a variação do número de trabalhadores influencie o nível salarial de mercado, afectando a vida das famílias dos residentes de Macau. Como é que o Governo vai evitar esta situação?

2 – A regulamentação dos empregados domésticos envolve diversas leis e políticas, e neste momento, o que se conhece melhor é apenas o conteúdo e o rumo da revisão legislativa da Lei da contratação de trabalhadores não residentes e da Lei da actividade de agência de emprego. No passado, o Governo referiu um “pacote de medidas”, mas de que se trata e qual é o ponto de situação do seu lançamento? O conteúdo e a implementação das diversas medidas legislativas devem articular-se oportunamente com a realidade, e o Governo deve garantir que o referido “pacote de medidas” seja efectivamente lançado, para resolver o problema dos empregados domésticos em Macau. Vai fazê-lo?

A Deputada à Assembleia Legislativa

Wong Kit Cheng

12 de Junho de 2019